



Relatório & Contas 2019

SGF
De poupança
sabemos nós

Índice

Factos Relevantes Ocorridos	2
Princípios Orientadores da SGF	4
Envolvente Macroeconómica	4
Desenvolvimento Comercial	13
Carteira sob gestão	14
Rendibilidades	16
Área Atuarial, Risco e Compliance	16
Resultados	17
Margem de solvência	18
Aplicação de Resultados	19
Perspetivas futuras	19
Considerações finais	20
Conclusões/Agradecimentos	20
Anexo	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23

Relatório de Gestão do Exercício de 2019

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Factos Relevantes Ocorridos

O ano de 2019 foi um ano que marcará certamente a história da SGF.

Em março a composição acionista foi alterada, assumindo a Golden a maioria do capital.

Com esta alteração, houve a necessidade de fazer um plano de atualização ao negócio e à imagem da empresa, incutindo os valores de dinamismo, experiência e rigor, simplificação da oferta e um modernizar da imagem.

O plano iniciou-se com a mudança de instalações para a Avenida da Liberdade, bem como, com o lançamento de uma nova imagem (logomarca e assinatura), incluindo a assinatura: “De poupança sabemos nós”

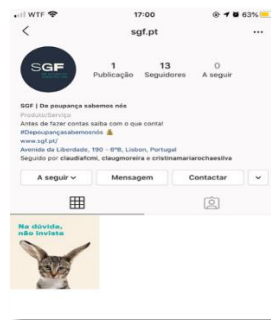


tendo-se procedido à atualização de todas as peças de comunicação, bem como à definição de uma nova política de comunicação:

Novo site



Redes sociais: Facebook, LinkedIn e Instagram



Brochuras Comerciais



Em 2019 a SGF captou cerca de 10,5 milhões de euros, com a subscrição dos PPR a atingirem 6,8 milhões de euros e os fundos de pensões 3,7 milhões de euros.

Princípios Orientadores da SGF

A missão que a SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rendibilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência – Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.

Envolvente Macroeconómica

Macroeconomia

Nos EUA apesar do receado abrandamento do ritmo de crescimento (face aos valores registados em 2018 se ter confirmado), a economia mostrou uma incrível resiliência e estabilidade durante todo o ano de 2019 e a taxa de crescimento real anualizada manteve-se sempre ligeiramente acima da fasquia dos 2.0% em todos os trimestres. Assim durante o ano de 2019, a economia americana cresceu em média 2.3% o que compra com um valor de 2.9% em 2018. Se o abrandamento é indiscutível temos, contudo, de evidenciar que continuamos perante o maior período de expansão económica da história americana que já se prolonga há mais de uma década! As generalidades dos indicadores macroeconómicos continuam bem suportados e o mercado laboral continua fortíssimo com a taxa de desemprego a atingir os 3.5%, valor mais baixo dos últimos 50 anos. Na vertente política e relativamente à administração liderada por Donald Trump, 2019 foi um ano rico em incidências, tendo funcionado como uma grande nuvem a fazer sombra e reduzir a visibilidade dos vários agentes económicos, com as múltiplas polémicas que acompanharam o presidente americano. Desde o mais longo shutdown dos serviços federais da história (35 dias), às polémicas associadas aos vários membros e ex-membros da sua equipa, passando pelos vários avanços e recuos nas negociações de acordos comerciais com todos os principais parceiros comerciais (China, México, Canadá, União Europeia, Japão, etc.), incluindo ainda os polémicos tweets e as controvérsias internas que acabaram por culminar num processo formal de impeachment com o objetivo de destituir o Presidente, este foi um ano desafiante para Trump em múltiplas frentes. Contudo, as últimas semanas do ano foram extremamente importantes no capítulo da guerra comercial sino-americana, tendo as duas nações finalmente alcançado um acordo preliminar / de primeira fase, que veio a ser oficializado durante o mês de janeiro de 2020, deixando perspetivas positivas para a evolução económica nos primeiros trimestres de 2020. No entanto, com o aparecimento do novo coronavírus na China, no final do ano, o grande nível de incerteza dos seus impactos para a economia global podem comprometer o bom desempenho da economia americana no próximo ano.

Na Europa, a evolução das variáveis macroeconómicas foi claramente menos animadora com a principal economia da zona Euro (a Alemanha) a roçar persistentemente a estagnação ao longo de 2019 e isto na sequência de um ano de 2018 que também já não deixara saudades. Assim, a economia da zona euro avançou a um ritmo ténue e este baixo crescimento foi acompanhado de uma inflação anémica em torno dos 1.0%. Destaque positivo, contudo, para a lenta, mas

continuada, descida das taxas de desemprego e principalmente para diminuição do desemprego jovem. Na Europa, a nível político, o ano ficou marcado pelo arrastar do processo do Brexit, por importantes manifestações de descontentamento popular nas ruas (evidente na crise da Catalunha, nos protestos dos coletes amarelos em França e greves de várias categorias profissionais em Portugal) e ainda pelas manifestações climáticas nas várias capitais europeias que contribuíram para um agravar da sensação de insatisfação generalizada com o atual estado de situação na União Europeia (EU). E por falar em EU, destaque também para a dança de cadeiras nos lugares cimeiros das principais instâncias europeias. Com as eleições para Parlamento Europeu, cujos resultados se traduziram no Parlamento mais fragmentado de sempre, a alemã Ursula Von der Leyen assumiu a presidência da Comissão Europeia e fez do combate às alterações climáticas, um dos pontos centrais da sua agenda (comparando os esforços de descarbonização e projetos verdes que serão implementados na Europa na próxima década à corrida espacial dos anos 60 e ao Programa Apollo dos EUA). Enquanto a agenda política europeia andou preenchida com estas iniciativas grandiosas a verdade é que o PIB da Zona Euro cresceu apenas 1.2% em 2019, o valor mais baixo dos últimos 6 anos. Assim, os números confirmam o abrandamento da economia do velho continente no quarto trimestre, período no qual o crescimento foi de 0,1% na área da moeda única aproximando-se perigosamente da estagnação / recessão. Destaque para a situação, já referida anteriormente, da Alemanha cuja economia conseguiu evitar a entrada numa recessão técnica, mas com o seu setor industrial a persistir num estado muito débil e mergulhado numa prolongada sequência de trimestres em contração da atividade. Numa nota mais positiva, o consumo privado continuou a mostrar resiliência, assim como o mercado de trabalho, em que a taxa de desemprego continuou a recuar. Segundo as projeções da Comissão Europeia, a Zona Euro irá manter a taxa de crescimento de 1.2% do PIB tanto em 2020 como em 2021. É de notar que estas previsões não incorporam os possíveis efeitos da epidemia do novo coronavírus, sendo muito provável que os números venham a ser revistos em baixa principalmente devido ao colapso da 3ª mais importante economia da zona euro, a Itália.

No Reino Unido e como já foi referido, inevitavelmente o ano ficou marcado pelo longo e tedioso processo de saída da União Europeia. A passagem de testemunho de Theresa May para Boris Johnson na liderança do executivo britânico a meio do ano acabou por ditar uma mudança de rumo nas negociações do Brexit. Depois de muitas dificuldades em obter progressos nas negociações com a EU, a alteração do chefe de governo e, posteriormente, a convocação (e resultados clarificadores com uma vitória esmagadora com maioria absoluta do partido Conservador liderado por Boris Johnson) de Eleições Gerais antecipadas permitiu finalmente obter avanços! Após a saída formal do Reino Unido da União Europeia a 31 de janeiro, Boris Johnson quer implementar o Brexit o mais rapidamente possível e já avançou com uma proposta de alteração à lei do Brexit que visa impedir que sejam negociadas mais extensões entre Londres e Bruxelas. Esta medida torna ilegal qualquer pedido de extensão das negociações, que terão de ficar concluídas até ao fim de 2020. Durante esse período, o Reino Unido permanecerá na união aduaneira da União Europeia e no mercado único, mas o governo não terá direito a voto nas instituições do bloco. Espera-se assim que em 2020 se encerrem alguns capítulos desta longa novela, com o que se espera que seja uma saída feita de forma controlada e não descoordenada, mas dado que ainda é preciso negociar o acordo de saída durante os próximos 12 meses, facto que muitas pessoas consideram extremamente ambicioso, pode resultar num ressurgir de tensões no final de 2020.

Nota final para a economia nipónica que permanece num marasmo, acabando mesmo por ter no 4º trimestre uma contração, com o consumo a reagir violentamente ao agravamento do imposto sobre as vendas (Sales tax) similar ao IVA e aos efeitos do tufão Hagibis que atingiu duramente a zona de Tóquio condicionando toda a atividade económica nesta importantíssima área metropolitana durante mais de uma semana.

Com as principais economias desenvolvidas a dar um contributo menos positivo para a performance económica global em 2019, o crescimento global registou o seu pior ano desde a grande crise financeira de 2007-2008. Esta performance foi muito influenciada pelos constantes atritos criados por Trump ao nível do comércio internacional que influenciaram significativamente o sentimento dos empresários e a atividade económica e vieram expor alguns problemas estruturais que persistem por resolver por falta de coragem política.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Estimate		Projections		Difference from Oct 2019 WEO Projections 1/	
	2018	2019	2020	2021	2020	2021
World Output	3.6	2.9	3.3	3.4	-0.1	-0.2
Advanced Economies	2.2	1.7	1.6	1.6	-0.1	0.0
United States	2.9	2.3	2.0	1.7	-0.1	0.0
Euro Area	1.9	1.2	1.3	1.4	-0.1	0.0
Germany	1.5	0.5	1.1	1.4	-0.1	0.0
France	1.7	1.3	1.3	1.3	0.0	0.0
Italy	0.8	0.2	0.5	0.7	0.0	-0.1
Spain	2.4	2.0	1.6	1.6	-0.2	-0.1
Japan	0.3	1.0	0.7	0.5	0.2	0.0
United Kingdom	1.3	1.3	1.4	1.5	0.0	0.0
Canada	1.9	1.5	1.8	1.8	0.0	0.0
Other Advanced Economies 3/	2.6	1.5	1.9	2.4	-0.1	0.1

Tabela 1 - World Economic Outlook Projections | Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Update - Janeiro 2020

WEAKER AND WEAKER

The slowdown in global growth in 2019 reflects lower growth in several key countries and regions
Contributions to growth slowdown, percentage points, 2019

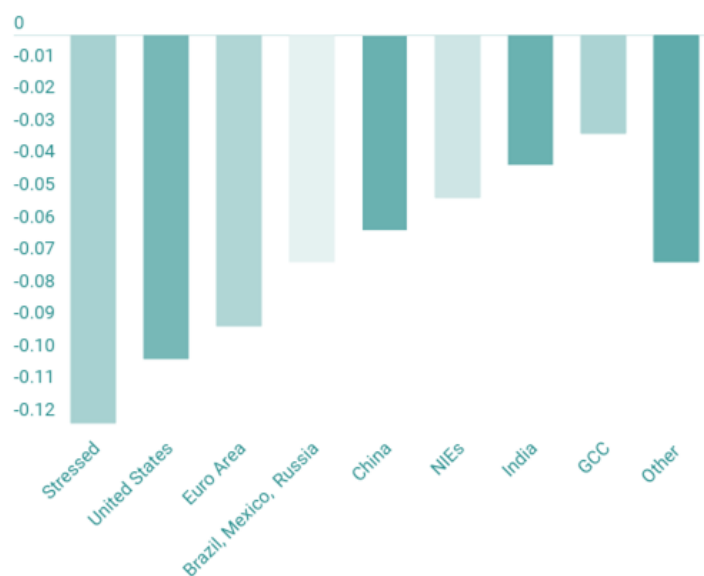


Gráfico 1- Weaker and weaker | Blog Fundo Monetário Internacional, 2019 in Review: The Global Economy Explained in 5 charts

Relativamente a bancos centrais, a Reserva Federal Norte-Americana (FED), em 2019, inverteu a política de normalização que já vinha desde 2015, com a FED a cortar 3 vezes a taxa de juro de referência, que começou o ano no intervalo 2.25%-2.5% e terminou no 1.5%-1.75%. Na última reunião de 2019, que não trouxe alterações de política monetária, Jerome Powell lembrou que a economia está a crescer há 11 anos — o mais longo ciclo de sempre — e que a FED vai continuar a monitorizar as implicações das informações que vai receber sobre as perspetivas económicas, incluindo desenvolvimentos globais e as ténues pressões da inflação. O banco central já tinha sinalizado que após o terceiro corte do ano poderia interromper o ciclo de descidas no custo do financiamento, adotando agora um posicionamento de “hold and see” e abrindo as portas para um movimento (que não deveria acorrer antes de meados do novo ano) tanto poder ser de subida como descida, fazendo depender a sua ação apenas do desempenho da evolução da economia.

O Banco Central Europeu (BCE), por sua vez também sentiu necessidade de manter a sua política monetária acomodatória, materializando-a através da implementação de um novo programa de operações de financiamento de longo prazo ao setor financeiro europeu (TLTROs), garantindo liquidez abundante no mercado, acompanhado de um corte na taxa de juro de referência para os depósitos para um nível ainda mais negativo (de -0.4% para -0.5%). Outra mudança importante foi a saída de Mario Draghi e a entrada de Christine Lagarde para o cargo de Presidente do BCE. Nos seus primeiros discursos após assumir a liderança do BCE, Lagarde tem indicado que pretende manter o guião deixado pelo seu antecessor com o objetivo de suportar a economia europeia prometendo rever a estratégia de atuação do BCE e a utilização de novas possibilidades de ação de política monetária, mas com um mandato eventualmente mais amplo abarcando agora uma responsabilidade adicional para o BCE de promover / apoiar projetos que visem combater as alterações climáticas. Para 2020, é esperado que a política monetária europeia se mantenha inalterada até ao princípio de verão, seguindo a mesma abordagem da americana.

Relativamente ao Reino Unido, no que diz respeito a política monetária, o ano foi pobre em novidades, com a taxa de juro de referência a manter-se ao longo de todo inalterada nos 0.75%. As preocupações do banco central incidem sobre o desfecho do Brexit e começam a aumentar as expectativas que teremos um corte já em 2020, com o objetivo de responder aquilo que poderão ser os efeitos adversos sobre a economia britânica. No Japão, o banco central (BoJ), manteve a política monetária inalterada ao longo de todo o ano com a manutenção dos seus programas de compras de ativos para manter as taxas de juro a 10 anos a níveis residuais. A política monetária parece não conseguir apresentar soluções para a evolução económica dececionante do país nos últimos anos, então o primeiro ministro japonês Shinzo Abe, decidiu implementar um plano “poderoso” e “ousado” para reanimar a economia, estimando investir Eur 108 mil milhões. Cerca de 50% desse valor deve ser gasto a modernizar e renovar as infraestruturas do país. Claro que este tipo de intervenção também tem os seus aspetos negativos pois vem somar à já enorme dívida que o país detém (238% do PIB, em 2018). Assim, resta esperar para ver os resultados de mais este pacote de iniciativas.

Em resumo, 2020 a economia mundial deve continuar a crescer, mas a um ritmo mais moderado. Com o atenuar das tensões comerciais e com um maior esclarecimento sobre o Brexit, a economia mundial parecia estar encaminhada para um bom desempenho em 2020, com uma ligeira aceleração da atividade face a 2019.

REAL GDP GROWTH

%, year-on-year. Arrows indicate the direction of revisions since the November 2019 Economic Outlook

	2019	2020	2021		2019	2020	2021
World	2.9	2.4 ↓	3.3 ↑	G20	3.1	2.7 ↓	3.5 ↑
Australia	1.7	1.8 ↓	2.6 ↑	Argentina	-2.7	-2.0 ↓	0.7 ↓
Canada	1.6	1.3 ↓	1.9 ↑	Brazil	1.1	1.7 ↓	1.8 ↓
Euro area	1.2	0.8 ↓	1.2 →	China	6.1	4.9 ↓	6.4 ↑
Germany	0.6	0.3 ↓	0.9 →	India¹	4.9	5.1 ↓	5.6 ↓
France	1.3	0.9 ↓	1.4 ↑	Indonesia	5.0	4.8 ↓	5.1 →
Italy	0.2	0.0 ↓	0.5 →	Mexico	-0.1	0.7 ↓	1.4 ↓
Japan	0.7	0.2 ↓	0.7 →	Russia	1.0	1.2 ↓	1.3 ↑
Korea	2.0	2.0 ↓	2.3 →	Saudi Arabia	0.0	1.4 ↓	1.9 ↑
United Kingdom	1.4	0.8 ↓	0.8 ↓	South Africa	0.3	0.6 ↓	1.0 ↓
United States	2.3	1.9 ↓	2.1 ↑	Turkey	0.9	2.7 ↓	3.3 ↑

↓ downward by 0.3 pp and more
 ↓ downward by less than 0.3 pp
 → no change
 ↑ upward by less than 0.3 pp
 ↑ upward by 0.3 pp and more

Tabela 2 - Real GDP Growth | Fonte: OCDE, Interim Economic Outlook, março 2020

No entanto, com o aparecimento e disseminar global do coronavírus Covid19 veio trazer turbulência social e económica, incerteza e imprevisibilidade que certamente irá condicionar de uma forma relevante as principais métricas económicas globais.

A Economia Portuguesa

A economia portuguesa cresceu 2,2% em 2019, uma décima acima do estimado pelo Governo, mas menos do que os 2.6% de crescimento que ocorreu em 2018. É de notar que estes são os dados revistos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgados em fevereiro. Assim, Portugal continua a convergir com a Zona Euro, pelo 4º ano consecutivo. Isto é muito positivo já que é conseguido ao mesmo tempo que o país vai equilibrando as suas contas públicas, reduz tanto a dívida pública como a privada e mantém as contas externas em relativo equilíbrio. No entanto, quando se tem em conta o restante contexto da União, este resultado não é assim tão brilhante. Em primeiro lugar, a economia portuguesa beneficiou, e continua a beneficiar, de um contexto externo mais favorável do que nunca, designadamente com a política de estímulos do BCE, os juros da dívida tem atingido valores residuais. Desta forma, Portugal acaba por não registar um crescimento assim tão exuberante quando comparado com as economias de igual nível de desenvolvimento, sendo que nos próximos dois anos, pelo menos cinco países da coesão com rendimento igual ou superior ao português que crescerão mais: Chipre, República Checa, Estónia, Eslovénia e Malta.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2019-2022

Taxa de variação anual em percentagem (excepto onde indicado)

	% do PIB 2018	BE dezembro 2019					BE outubro 2019	BE junho 2019		
		2018	2019 (p)	2020 (p)	2021 (p)	2022 ^(p)	2019 ^(p)	2019 (p)	2020 (p)	2021 ^(p)
Produto interno bruto	100	2,4	2,0	1,7	1,6	1,6	2,0	1,7	1,6	1,6
Consumo privado	64,8	3,1	2,3	2,1	1,9	1,7	2,3	2,6	2,0	1,7
Consumo público	17,0	0,9	0,5	0,8	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5
Formação bruta de capital fixo	17,6	5,8	7,3	5,4	4,8	4,3	7,2	8,7	5,8	5,5
Procura interna	99,9	3,3	3,1	2,6	2,2	2,0	2,9	3,5	2,3	2,2
Exportações	43,5	3,8	2,8	2,6	2,8	3,0	2,3	4,5	3,1	3,4
Importações	43,4	5,8	5,4	4,6	4,2	3,9	4,6	8,0	4,3	4,4
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(a)										
Procura interna		1,7	1,5	1,3	1,2	1,1	1,6	1,3	1,1	1,0
Exportações		0,8	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
Emprego ^(b)		2,3	1,0	0,8	0,4	0,1	0,9	1,3	0,8	0,4
Taxa de desemprego		7,0	6,3	5,9	5,6	5,6	6,4	6,3	5,7	5,3
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,4	0,4	0,7	0,9	0,0	0,5	0,1	0,2	0,2
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,8	-0,6	-1,2	-1,7	-2,1	-0,7	-0,5	-0,7	-1,1
Índice harmonizado de preços no consumidor		1,2	0,3	0,9	1,2	1,4	0,4	0,9	1,2	1,3

Tabela 3 - Projeções do Banco de Portugal | Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico Dezembro 2019

O Banco de Portugal considera que o enquadramento externo se tornou menos favorável ao longo de 2019, perspetivando uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundial ao longo dos próximos 3 anos. No entanto, existe uma grande incerteza em torno da retoma do comércio mundial, e agora, das consequências da propagação do coronavírus pelas várias geografias. O abrandamento das exportações também se tem registado em Portugal. Em contraste, o setor dos serviços permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho. Neste contexto, a desaceleração da atividade em 2019 reflete a manutenção do dinamismo da procura interna e um menor crescimento das exportações. É antecipado uma desaceleração do consumo privado, em linha com o rendimento disponível, mas ainda assim deverá manter um contributo relativamente forte para o desempenho da economia nacional.

Ao nível do comércio externo, como nos últimos trimestres o crescimento das importações tem sido sistematicamente superior ao das exportações, o país tem assistido a um novo agravar das contas externas nomeadamente do défice da balança de bens e serviços destruindo os ganhos obtidos durante a implementação dos programas de estabilidade e crescimento negociados com Bruxelas durante a crise. Relativamente ao mercado de trabalho, antecipa-se que o emprego continue a crescer mas a um ritmo progressivamente mais lento e o Banco de Portugal estima que a taxa de desemprego passe de 7% em 2018 para 5.6% em 2022.

Os principais riscos para a economia portuguesa são maioritariamente externos, nomeadamente o fraco crescimento esperado da procura externa nomeadamente dos parceiros comerciais da UE. Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos, o grande peso da dívida externa (que terá

descido dos 122.2% em 2018 para próximo dos 120%) continua a ser um grande foco de preocupação, particularmente num cenário de abrandamento maior económico/choque externo adverso. Outro aspeto preocupante prende-se com a combinação deste elevado nível de endividamento (público e privado) da economia com uma baixa taxa de poupança de famílias e deficiente capitalização das empresas que resulta numa enorme dependência dos capitais externos. Finalmente, após vários anos a beneficiar de efeitos conjunturais positivos e do crescimento do turismo que acabaram por não ser aproveitados para implementar as necessárias reformas estruturais, com os investimentos estruturantes a ser adiados, em prol da reposição de gastos com salários e benesses para a Função Pública, o país encontra-se mais uma vez numa situação de fragilidade e particularmente exposto à já referida situação do Covid19.

Evolução dos Mercados Financeiros em 2019

O ano de 2019 foi marcado por riscos e tensões, com o ciclo noticioso a ser povoado por “crises” e temáticas como o Brexit, as guerras comerciais, em especial entre EUA e China e o risco de abrandamento económico global sincronizado. No entanto, todas as classes de ativos terminaram com uma performance positiva, com os índices bolsistas a registarem avanços expressivos atingindo por diversas vezes máximos absolutos (nos EUA) e relativos (na Europa) ao longo do ano.

Como já foi referido, todas as classes de ativos apresentaram uma performance notável este ano, algo que não poderia ser mais contrastante com o que ocorreu no 2º semestre de 2018 e a subida expressiva das bolsas permitiu não só recuperar as perdas do ano passado como colocar a generalidade dos investidores em ganhos. A classe da dívida, mais especificamente o governo core, mostrou uma força surpreendente ao valorizar quase 7% no ano, tendo perdido algum do desempenho que acumulara até ao final do verão nos últimos meses do ano. No entanto, esse é um valor muito acima do esperado, num ambiente considerado de “risk on” onde ativos menos expostos ao risco tendem a ter uma performance mais modesta. Ao nível da dívida corporativa, Investment Grade e High Yield, tanto denominada em euros como em dólares, os spreads continuam a comprimir e em trajetória decrescente, trazendo ganhos interessantes aos investidores. Finalmente, destaque para a performance da dívida emergente que, dado o ambiente de baixas taxas de juro, conjugados com um dólar estável e uma subida das matérias primas, apresenta uma performance invejável, subindo quase 15% no ano (para os investimentos realizados em ativos denominados em moeda local)!

Em termos de mercados acionistas o ano não poderia ter corrido mais de feição e ao encontro com as nossas expectativas e com o nosso outlook, onde antecipávamos (contra a opinião de analistas dos mais importantes bancos de investimento internacionais) que estavam criadas as condições para termos uma surpresa positiva nas bolsas!

O índice representativo de ações globais, o MCSI WORLD (Euro Hedged) terminou o ano a valorizar 23.7%, com o mês de dezembro a ser responsável por cerca de 1.5% da performance. No outro lado do Atlântico, os Estados Unidos viram os seus índices de referência a fazer máximos absolutos, com destaque para o NASDAQ 100, índice que engloba as principais empresas tecnológicas, que terminou o ano a subir quase 40%! No Japão, os investidores estão mais cuidadosos devido à prolongada fragilidade da economia nipónica, que nem o Banco Central do Japão, nem o seu governo parecem conseguir inverter. Assim o Nikkei 225 apresentou uma underperformance relativamente aos outros grandes índices mundiais e “apenas” subiu 15 % em 2019.

Na classe das matérias primas, o índice CRB - Thomson Reuters/Core Commodity Index, também apresentou uma performance positiva de 12.2% no ano, tendo subido 3.1% só em dezembro. O principal destaque vai para o petróleo a valorizar 36% no ano. O movimento principal ocorreu nos

primeiros 3 meses do ano, recuperando da queda violenta dos últimos meses de 2018. O preço encontrou suporte no início do ano porque os membros da OPEP, nomeadamente a Arábia Saudita não estavam interessados num preço tão deprimido por motivos de equilíbrio orçamental. O fraco crescimento económico global, a crescente produção norte-americana (shale-oil) e a existência de capacidade produtiva excedentária mantiveram o preço do petróleo condicionado durante o segundo semestre, mas assistiram-se a alguns episódios de volatilidade ao longo do ano em momentos de tensão internacional.

Por fim, a nível cambial o ano foi relativamente estável, sendo que a volatilidade neste mercado se encontra perto de mínimos históricos. O dólar terminou o ano a apreciar 2.26% face ao euro, mas a depreciar 2.84% face à libra esterlina (GBP) que foi, entre as principais divisas (dos países do G7), a grande vencedora em 2019. Sendo que o Dollar Index terminou o ano a subir 0.38%.

RENTABILIDADES ANO 2019			
	Benchmark	EUR	Moeda local
Obrigações	Euro Treasury	6,76%	6,76%
	Euro Corporate	6,20%	6,20%
	Euro HY	9,69%	9,69%
	EM Local	14,48%	14,48%
Ações	MSCI World	23,65%	28,14%
	MSCI EM	19,16%	16,69%
	S&P 500	26,31%	31,48%
	EuroStoxx600	25,45%	27,75%
	Nikkei 225	15,19%	20,69%
Commodities	Commodities CRB	12,26%	10,03%
Alternativos	Hedge Funds	3,17%	7,74%
USD/EUR	USD/EUR	2,26%	

Tabela 4 - Rentabilidades Ano 2019 | Fonte: Bloomberg

No que diz respeito ao Crescimento, a maioria dos outlooks antecipa um abrandamento económico generalizado, com o continuar da desaceleração estrutural que a economia global vinha a experienciar, com particular destaque para os países desenvolvidos. Acresce agora as disrupções causadas ao normal funcionamento das economias pelas medidas de combate à epidemia que se começou a propagar pelo mundo logo nas primeiras semanas do ano. Assim, é praticamente certo que várias geografias irão entrar em recessão durante o ano de 2020, o que vai criar ainda mais desafios para os vários agentes económicos, e por consequência, para a saúde dos mercados financeiros. É esperado que tanto os bancos centrais, como os governos dos diferentes países afetados pelo coronavírus, comecem a introduzir estímulos, sob a forma de uma política monetária ainda mais expansionista e através de incentivos fiscais respetivamente para a garantir e facilitar o acesso a liquidez para as empresas e tentar salvaguardar os rendimentos dos contribuintes. A duração deste travão na economia mundial é ainda incerto e está dependente de muitas variáveis não totalmente ainda conhecidas e por isso estão longe de ser controladas!

Assim, é muito provável que o ano de 2020 será um dos mais desafiantes dos últimos tempos, com todo este nevoeiro a pairar sobre os mercados financeiros é expectável que haja um ressurgir da volatilidade que se tinha mantido muito amena em 2019. Este tipo de ambiente é muito desgastante para os investidores pois vêm grandes variações nas suas carteiras e têm que domar o impulso de vender quando o mercado mostra sinais de pânico e está muito deprimido e comprar quando o mercado mostra sinais de exuberância temporária. Acreditamos, contudo, que

o nosso cenário central mais positivo para o médio prazo se irá manter válido. É importante referir que nesta altura comportamentos emocionais são por vezes perigosos, na medida em que as reversões também podem ser bastante rápidas. Somos da opinião que este é um choque temporário nos mercados, ou seja, acreditamos que a postura correta perante a volatilidade e queda das bolsas das últimas sessões não é reduzir o risco da carteira / adotar uma postura mais cautelosa e defensiva, mas sim procurar identificar oportunidades que o movimento de correção gerou particularmente em ativos de setores mais cíclicos! No curto prazo a volatilidade é dolorosa, mas para triunfar nos mercados a médio / longo prazo o investidor de sucesso tem de estar disponível para tolerar estes episódios e manter, nesses momentos difíceis, uma postura ponderada, paciente e racional.

Desenvolvimento Comercial

O principal objetivo da SGF para 2019 era quebrar o ciclo de resultados negativos através de redução de custos, de uma melhoria da eficácia de processos e forte ambição comercial.

Nesse sentido, foram definidos objetivos comerciais muito ambiciosos e foi iniciado um processo de reorganização da oferta e dos canais de distribuição.

O processo de reorganização da SGF foi profundo, abrangendo diversos domínios o que obrigou à certificação de 22 mediadores de modo a permitir o reforço da intensidade comercial.

Os PPR representaram o maior volume de negócio na ordem de 6,8 milhões de euros de subscrições.

A dinâmica comercial foi muito elevada tendo incidido particularmente no segmento empresarial com presença numa centena de reuniões e participado em quatro concursos para a seleção de sociedade gestora.

Das reuniões realizadas foram já concretizadas oito adesões coletivas, aguardando a decisão final de algumas das propostas apresentadas.

Ainda no âmbito institucional, estamos hoje em contacto com Grupos Empresariais de reconhecido prestígio para a gestão dos respetivos Employee Benefits.

Congratulamo-nos pelo convite a participar em quatro concursos para seleção de entidade gestora denotando um aumento da notoriedade e visibilidade da empresa. A dimensão da empresa continua a ser um fator decisivo nestes processos de seleção.

A reorganização da oferta da SGF nos PPR permitiu reforçar a componente da gestão da poupança. Este leque de soluções passou a ostentar a palavra “Poupança”, como forma de promover os múltiplos objetivos que as mesmas podem satisfazer, com vantagens acrescidas em matéria de eficiência fiscal.

Nos Fundos de Pensões Abertos a palavra “Reforma” foi a utilizada, reforçando o objetivo específico dos mesmos.

Finalmente, referir a grande novidade introduzida pelo Orçamento de Estado de 2019 para os Fundos de Pensões Abertos, possibilitando a isenção do imposto das mais valias imobiliárias da venda de habitação própria e permanente dos proprietários com 65 anos ou reformados através do investimento em adesões individuais.

A SGF foi pioneira na concretização de um contrato neste âmbito esperando em 2020 desenvolver este segmento de negócio.

Também para 2020 temos boas perspetivas para a dinamização da atividade comercial por força das parcerias estabelecidas com importantes players do mercado da mediação e corretagem e setor bancário (MDS, SABSEG, UNIVERSALIS e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca).

A aposta num site mais atrativo revelou-se uma mais valia na relação comercial com parceiros e clientes.

Estamos convictos que em 2020 este processo será complementado pelo desenvolvimento de mecanismos de resposta mais ágeis e robustos capazes de responder às necessidades e objetivos dos nossos clientes, nomeadamente, a Área Reservada de acesso exclusivo a clientes da SGF.

Carteira sob gestão

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros					
PPRs	2017	2018	2019	Variação 2018/2019	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Poupança Garantida	4 378	4 699	7 429	2 730	58%
Poupança Conservadora	9 919	9 363	9 801	438	5%
Poupança Equilibrada	3 096	3 535	4 562	1 027	29%
Poupança Ativa	1 913	1 765	2 047	282	16%
Poupança Dinâmica	1 619	1 584	2 918	1 334	84%
PPR Stoik	1 746	1 648	1 497	-151	-9%
PPR MDS Equilíbrio	20	111	183	72	65%
TOTAL	22 689	22 705	28 437	5 732	25%

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Abertos	2017	2018	2019	Variação 2018/2019	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Reforma Garantida	N.A.	N.A.	832	N.A.	N.A.
Reforma Conservadora	4 669	6 074	6 460	386	6%
Reforma Equilibrada	3 516	3 681	3 931	250	7%
Reforma Stoik	562	702	947	245	35%
Square Ações	2 150	2 328	2 597	269	12%
TOTAL	10 896	12 786	14 767	1 981	15%

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Fechados	2017	2018	2019	Variação 2018/2019	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
CHAMUSCA	638	610	632	22	4%
CIN	6 131	5 999	6 515	516	9%
ECM	1 392	1 294	1 268	-26	-2%
EUROSPUMA	3 012	2 675	2 717	42	2%
OREY	1 149	1 081	958	-123	-11%
SCML	8 827	8 435	9 044	609	7%
SNQTB	5 344	5 050	5 220	170	3%
SOLVAY	8 052	7 380	7 867	487	7%
UNA	2 216	2 086	2 174	88	4%
TOTAL	36 761	34 611	36 395	1 784	5%

Unidade: milhares de euros					
Resumo	2017	2018	2019	Variação 2018/2019	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
PPRs	22 689	22 705	28 437	5 732	25%
Fundos Abertos	10 896	12 786	14 767	1 981	15%
Fundos Fechados	36 761	34 611	36 395	1 784	5%
TOTAL	70 346	70 102	79 599	9 497	14%

Rendibilidades

PPRs	2017	2018	2019	Últimos 3 Anos (Média)
Poupança Garantida	0,85%	-4,08%	2,07%	-0,39%
Poupança Conservadora	1,93%	-4,91%	3,69%	0,24%
Poupança Equilibrada	2,97%	-6,07%	5,26%	0,72%
Poupança Ativa	5,58%	-8,52%	8,69%	1,92%
Poupança Dinâmica	3,91%	-8,70%	10,85%	2,02%
PPR Stoik	2,05%	-4,72%	12,65%	3,33%
PPR MDS Equilíbrio	0,00%	-7,15%	6,42%	-0,24%

Fundos de Pensões Abertos	2017	2018	2019	Últimos 3 Anos (Média)
Reforma Garantida	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reforma Conservadora	1,79%	-4,89%	4,88%	0,59%
Reforma Equilibrada	3,09%	-5,95%	6,92%	1,35%
Reforma Stoik	3,57%	-3,75%	18,50%	6,11%
Square Ações	1,62%	-2,52%	8,81%	2,64%

Área Atuarial, Risco e Compliance

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF não houve publicações a salientar.

O valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal em dezembro de 2019 registou um crescimento de 12,6% em relação ao final de 2018, atingindo cerca de 21,4 mil milhões de euros, segundo dados publicados pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.

Ao nível do ranking das gestoras a SGF termina o ano na 10.^a posição, tendo subido um lugar. Continua a verificar-se uma forte concentração dos Fundos de Pensões nas 7 principais gestoras, que continuam a representar mais de 95% do total dos fundos geridos, sendo que uma grande parte desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos financeiros.

Em 2019 verificámos uma ligeira melhoria na disponibilidade dos nossos Associados para o normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos

Fundos de Pensões, facto que atribuímos ao alívio da situação financeira vivida pelas empresas portuguesas nos últimos anos. Por outro lado, graças ao excelente desempenho dos mercados e, consequentemente, das carteiras dos Fundos de Pensões, verificou-se uma melhoria dos níveis de financiamento dos mesmos por via da valorização dos ativos que compõem as suas carteiras. A conjugação destes dois factos permitiu a adoção de parâmetros mais conservadores nas avaliações atuariais e consequentemente da redução do risco específico dos planos de pensões.

Verificou-se a nomeação do Auditor Interno tendo o processo de registo da Função Chave na ASF sido concluído apenas no início de 2020.

Dada a posição maioritária da Golden na SGF, verificou-se o reforço da equipa da empresa através da cedência de colaboradores que já assumiam essas funções no Grupo. Assim foram reforçadas as equipas de IT, Marketing, Asset Management e Recursos Humanos. Também esta medida consubstancia uma redução do risco operacional da empresa.

A função de Branqueamento de Capitais foi integrada na Função Chave de Compliance verificando-se assim maior centralização da análise dos processos.

Registou-se um elevado investimento em hardware tendo sido substituídos todos os computadores da equipa da SGF por máquinas adequadas às respetivas funções. Considerando a antiguidade de algumas das máquinas, esta operação representou uma redução substancial do risco operacional da empresa.

Resultados

Resultados em euros (€)	2019	2018	Variação
Serviços prestados	754 737,03	687 963,12	66 773,91
Fornecimentos e serviços externos	(338 711,60)	(320 277,34)	18 434,26
Gastos com o pessoal	(309 114,09)	(405 640,49)	(96 526,40)
Provisões (aumentos/reduções)	(19 359,21)	(28 752,00)	9 392,79
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	-	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	8 063,95	(5 994,66)	(14 058,61)
Outros rendimentos e ganhos	4 482,08	9 364,94	(4 882,86)
Outros gastos e perdas	(63 672,65)	(67 307,55)	(3 634,90)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(13 113,87)	(15 352,76)	(2 238,89)
Resultado operacional	23 311,64	(145 996,74)	(169 308,38)
Resultados antes de impostos	23 311,64	(145 996,74)	(169 308,38)
Imposto sobre o rendimento do período	(5 796,12)	(5 487,62)	308,50
Resultado líquido do período	17 515,52	(151 484,36)	168 999,88

Para a melhoria dos resultados, contribuíram principalmente a diminuição dos gastos com pessoas e o aumento dos serviços prestados, nomeadamente as comissões de gestão.

As rubricas que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- diminuição dos gastos com as pessoas;
- aumento das comissões de gestão;
- redução da provisão do PPR SGF Poupança Garantida;
- aumento do justo valor da carteira própria;
- diminuição de outros gastos e perdas;
- diminuição dos gastos de depreciação e amortização.

As rubricas que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- aumento dos fornecimentos e serviços externos;
- diminuição de outros rendimentos e ganhos.

Margem de solvência

	2019	2018	Variação
Margem a Constituir	800 000,00	800 000,00	-
Elementos de Cobertura	950 393,46	733 336,00	217 057,46
Excedente de Cobertura	150 393,46	(66 664,00)	217 057,46
Taxa de Cobertura	118,80%	91,67%	27,13%

O incremento da taxa de cobertura da Margem de Solvência está relacionado com o aumento de capital realizado durante o ano e com o facto de o Resultado Líquido do exercício ter sido positivo, posicionando-se acima da margem mínima exigida pela Entidade de Supervisão.

O ano de 2019 marca um novo ciclo para a SGF. O Resultado Líquido apresenta-se positivo em €17.515,52, o que não ocorria há alguns exercícios. Assiste-se a um reforço da Margem de Solvência para uma taxa de cobertura de 118,80% (face aos 91,67% registados em 2018 e aos 110,60% em 2017) e, adicionalmente, verifica-se a recuperação de €17.515,52 no capital próprio da sociedade, representa agora cerca de 48% do capital social. Não obstante esta situação, é convicção da Administração que os resultados dos próximos exercícios, por si só, permitirão a sua resolução, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excepcionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No entanto, salienta-se que em Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2018, os acionistas deliberaram um aumento de capital que pode ascender até €500.000, dos quais apenas foi subscrito e realizado o valor de €200.000.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto do resultado líquido ser positivo, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados: €17.515,52 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 1.164.518,53 euros.

Perspetivas futuras

A SGF encara o futuro com otimismo e ambição, no entanto, no momento em que se conclui este relatório, a Organização Mundial de Saúde declarou que o Covid-19 é uma pandemia que envolve mais de 120 países.

Este novo desafio, cujo impacto ao nível da poupança e das pensões é uma realidade, exigirá da SGF um esforço suplementar ao nível da gestão dos seus ativos no sentido de minimizar as consequências negativas de uma possível desvalorização dos instrumentos utilizados.

A SGF e a Golden tudo farão para encontrar as soluções mais adequadas à presente situação.

Considerações Finais

Após o termo do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de outubro, informa-se que à data de 31 de dezembro de 2019 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

- Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de poupança e reforma;
- Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;
- Ao Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;
- À ASF e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;
- Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;
- Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;
- A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2019, pelo empenho e dedicação.

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da empresa.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Em conformidade com o nº 4 do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais Titulares detentores de, pelo menos, um décimo do capital social

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA: 56,81%

SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS: 17.29%

GROUPAMA ASSURANCES MUTUELLES: 14.48%

SINDICATO DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL: 10.08%

Lisboa, 18 de março de 2020

O Conselho de Administração

António Nunes da Silva

Presidente

Sérgio Ruivinho

João Matos

Rui Sousa

Rita Appleton

João Quintanilha

Rui Martins

Administradores

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 5/2010 da ASF

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas pelo Conselho de Administração, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - a) Apenas têm direito a remuneração a Administração Executiva da Sociedade;
 - b) A remuneração da Administração Executiva é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) No termo das suas funções a Administração Executiva tem o direito de receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções;
 - d) A SGF não procedeu durante o ano de 2019 ao pagamento de quaisquer indemnizações, nem as mesmas se mostraram devidas, a ex-membros do órgão de administração;
 - e) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores;
 - f) Os restantes membros do órgão de administração auferem senhas de presença em função das reuniões assistidas, tendo sido suspensas no exercício de 2019, enquanto o capital próprio for inferior a 50% do capital social.
- 3) A remuneração do Conselho Fiscal é auferida por senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 4) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - a) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de junho e novembro correspondente aos subsídios de férias e natal;
 - b) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;
 - d) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia comercial da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Lisboa, 18 de março de 2020

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2019

SGF

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	25
Demonstração dos Resultados por Natureza	26
Demonstração de Fluxos de Caixa	28
ANEXOS	29
1. Introdução	30
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	30
3. Principais políticas contabilísticas	31
3.1. Bases de apresentação	31
3.2. Outros instrumentos financeiros	31
3.3. Ativos fixos tangíveis	32
3.4. Ativos intangíveis	32
3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	33
3.6. Imposto sobre o rendimento	33
3.7. Clientes e outros créditos a receber	34
3.8. Provisões	34
3.9. Rédito	35
3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	35
3.11. Acontecimentos subsequentes	36
4. Fluxos de caixa	36
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros	36
6. Partes relacionadas	37
6.1. Relacionamentos com empresas-mãe	37
6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização	37
6.3. Transações entre partes relacionadas	37
7. Ativo fixo tangível	37
8. Ativo intangível	38
9. Ativos financeiros detidos para negociação	39
10. Outros ativos financeiros	40
11. Imposto sobre o rendimento	41
12. Clientes	42
13. Outros créditos a receber	42
14. Diferimentos ativos	42
15. Capital subscrito	43
16. Reservas legais	43
17. Outras reservas	43
18. Resultados transitados	43
19. Provisões e Passivos Contingentes	44
20. Fornecedores	44
21. Estado e outros entes públicos	44
22. Outras dívidas a pagar	45
23. Rédito	45
24. Fornecimentos e serviços externos	46
25. Gastos com o pessoal	46
26. Aumentos/reduções de justo valor	47
27. Outros Rendimentos	47
28. Outros gastos	47
29. Eventos Subsequentes	48
30. Informações exigidas por diplomas legais	48

Balanço

		dezembro	euros (€)
	Nota	2019	2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	27 130,61	31 796,14
Ativos intangíveis	8	458,26	0,00
Outros ativos financeiros	10	4 531,94	4 147,53
Total ativo não corrente		32 120,81	35 943,67
Corrente			
Clientes	12	119 233,07	103 167,68
Estado e outros entes públicos	21	7 418,97	12 709,89
Outros créditos a receber	13	28 429,40	208 477,94
Diferimentos	14	57 428,41	45 126,30
Ativos financeiros detidos para negociação	9	144 768,50	396 214,62
Outras ativos financeiros	10	1 707,33	4 103,58
Caixa e depósitos bancários	4	1 313 846,04	780 191,01
Total ativo corrente		1 672 831,72	1 549 991,02
Total do Ativo		1 704 952,53	1 585 934,69
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	2 000 000,00	2 000 000,00
Reservas legais	16	99 403,66	99 403,66
Outras reservas	17	15 966,59	15 966,59
Resultados transitados	18	(1 182 034,05)	(1 030 549,69)
		933 336,20	1 084 820,56
Resultado líquido do período		17 515,52	(151 484,36)
Total do Capital Próprio		950 851,72	933 336,20
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	48 112,16	28 752,00
		48 112,16	28 752,00
Corrente			
Fornecedores	20	16 095,46	8 723,54
Estado e outros entes públicos	21	20 660,90	19 407,80
Outras dívidas a pagar	22	666 548,08	595 715,15
Diferimentos		2 684,21	-
		705 988,65	623 846,49
Total do passivo		754 100,81	652 598,49
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 704 952,53	1 585 934,69
Controlo		-	-

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração dos Resultados por Natureza

		dezembro	euros (€)
	Nota	2019	2018
Vendas e serviços prestados	23	754 737,03	687 963,12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos	-		
Fornecimentos e serviços externos	24	(338 711,60)	(320 277,34)
Gastos com o pessoal	25	(309 114,09)	(405 640,49)
Provisões (aumentos/reduções)	19	(19 359,21)	(28 752,00)
Aumentos/ reduções de justo valor	26	8 063,95	(5 994,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Outros rendimentos	27	4 482,08	9 364,94
Outros gastos	28	(63 672,65)	(67 307,55)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36 425,51	(130 643,98)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7/8	(13 113,87)	(15 352,76)
		(13 113,87)	(15 352,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23 311,64	(145 996,74)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultados antes de impostos		23 311,64	(145 996,74)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(5 796,12)	(5 487,62)
Resultado líquido do período		17 515,52	(151 484,36)

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Atribuível aos acionistas

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2018	2 000 000,00	99 403,66	15 966,59	(743 483,08)	(287 066,61)	1 084 820,56
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(287 066,61)	287 066,61	-
	-	-	-	(287 066,61)	287 066,61	-
Resultado líquido do período					(151 484,36)	(151 484,36)
Resultado integral	-	-	-		135 582,25	(151 484,36)
Posição a 31 de dezembro de 2018	2 000 000,00	99 403,66	15 966,59	(1 030 549,69)	(151 484,36)	933 336,20
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(151 484,36)	151 484,36	-
Aplicação de resultados	-					
	2 000 000,00	-	-	(151 484,36)	151 484,36	2 000 000,00
Resultado líquido do período					17 515,52	17 515,52
Resultado integral	-	-	-	-	168 999,88	2 017 515,52
Posição a 31 de dezembro de 2019	2 000 000,00	99 403,66	15 966,59	(1 182 034,05)	17 515,52	950 851,72

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	dezembro 2019	euros (€) 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		664 075,76	728 319,76
Pagamentos a fornecedores		(253 413,60)	(262 254,53)
Pagamentos ao pessoal		(293 786,00)	(447 583,34)
Caixa gerada pelas operações		116 876,16	18 481,89
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		1 220,59	5 941,05
Outros recebimentos/ pagamentos		162 404,18	(414 047,72)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		280 500,93	(389 624,78)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8 317,43)	(731,36)
Ativos intangíveis		(589,17)	-
Investimentos Financeiros		(50 089,97)	(32 667,10)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		311 996,29	32 756,46
Juros e rendimentos similares		0,14	65,88
Dividendos		154,24	6 131,91
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		253 154,10	5 555,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		533 655,03	(384 068,99)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		780 191,01	1 164 260,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 313 846,04	780 191,01
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		1 000,00	1 000,00
Descobertos bancários		-	-
Depósitos bancários		1 312 846,04	779 191,01
Outras aplicações de tesouraria		-	-
	4	1 313 846,04	780 191,01

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

ANEXOS

1. Introdução

A empresa SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Av. da Liberdade, 190 6º B, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2019 constituída por nove Fundos Fechados, cinco Fundos Abertos e por sete fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	2019	2018
Fundos fechados	36 395 044,15	34 611 092,13
Fundos abertos	14 767 094,12	12 785 742,57
Fundos representados por PPR	28 436 540,62	22 704 932,11
	<u>79 598 678,89</u>	<u>70 101 766,81</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 18 de março de 2020. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2. Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a deperecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5
Programas de computador	3-5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5
Programas de computador	3-5

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, na medida em que eventuais ajustamentos revelar-se-iam materialmente irrelevantes.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos

diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos. No exercício económico de 2019, não se registaram diferenças temporárias tributáveis, pelo que não existiram situações geradoras de reconhecimento de impostos diferidos.

3.7. Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída em 31 de Dezembro de 2019, corresponde ao valor presente da obrigação resultante do facto de a sociedade garantir determinadas taxas de rentabilidade/valorização em certos produtos da gama PPR. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o montante do compromisso e o da valorização estimada dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos de vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas em termos de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas mesmas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida em resultado do facto de serem de rápida rotação.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2019	2018
Numerário		
- Caixa	1 000,00	1 000,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1 312 846,04	779 191,01
- Depósitos à prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	1 313 846,04	780 191,01

5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Para além do que se descreve nos parágrafos seguintes, não se verificaram outras alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo, ou seja, o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 56,72% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, o qual em 31 de dezembro de 2019, se compunha por sete membros. Os administradores executivos, até março, auferiram uma remuneração fixa mensal e os restantes foram remunerados através de senhas de presença, deixando de ser remunerados a partir de abril inclusive.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

	2019	2018
Remunerações	4 950,00	20 300,00
Senhas de presença	2 750,00	23 800,00
	7 700,00	44 100,00

6.3. Transações entre partes relacionadas

Em 2019 existem transações com partes relacionadas:

- SNQTB – €10,08. Trata-se de uma prestação de serviços;
- MIS – €3.502,17. Trata-se de uma mediadora que é detida a 100% pelo SNQTB

7. Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2019		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	98 833,50	49 519,17	148 352,67
Depreciações acumuladas iniciais	(79 029,20)	(37 527,33)	(116 556,53)
Aquisições	8 317,43	-	8 317,43
Depreciações do exercício	(7 618,62)	(5 364,34)	(12 982,96)
Saldo final líquido	20 503,11	6 627,50	27 130,61

Descrição	2018		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	98 102,14	49 519,17	147 621,31
Depreciações acumuladas iniciais	(72 338,60)	(28 873,02)	(101 211,62)
Aquisições	731,36	-	731,36
Depreciações do exercício	(6 690,60)	(8 654,31)	(15 344,91)
Saldo final líquido	19 804,30	11 991,84	31 796,14

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As depreciações do exercício, no montante de €12.982,96 (€15.344,91 em 2018), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. A aquisição de equipamento administrativo está relacionada com a compra de computadores e um servidor.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2019.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2019	
	Programas computador	Total
Ativos intangíveis		
Quantia bruta escriturada inicial	107 946,32	107 946,32
Depreciações acumuladas iniciais	(107 946,32)	(107 946,32)
Aquisições	589,17	589,17
Depreciações do exercício	(130,91)	(130,91)
Saldo final líquido	458,26	458,26

Descrição	2018	
	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos intangíveis		
Quantia bruta escriturada inicial	107 946,32	107 946,32
Depreciações acumuladas iniciais	(107 938,47)	(107 938,47)
Depreciações do exercício	(7,85)	(7,85)
Saldo final líquido	0,00	0,00

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.5. As amortizações do exercício, no montante de €130,91 (€7,85 em 2018), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. A aquisição no montante de €589,17 está relacionada com a compra de um programa informático.

Não se verificaram abates no ativo intangível no ano de 2019.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9. Ativos financeiros detidos para negociação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2019		
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	396 214,62	-	396 214,62
Aquisições	50 089,97	-	50 089,97
Alienações	(311 996,29)	-	(311 996,29)
Outras variações	10 460,20	-	10 460,20
	144 768,50	-	144 768,50

Comparativamente ao ano 2018 as alienações em 2019 na carteira própria atingiram o valor de 311.996,29€. Os mercados contribuíram para que a variação do justo valor seja positiva.

	Métodos de mensuração 31-12-2018		
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	400 552,39	-	400 552,39
Aquisições	32 672,81	-	32 672,81
Alienações	(33 267,11)	-	(33 267,11)

Outras
variações

(3 743,47)	-	(3 743,47)
396 214,62	-	396 214,62

10. Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2019	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	8 251,11	8 251,11
Outras variações	(6 543,78)	(6 543,78)
Outros ativos financeiros	4 531,94	4 531,94
	6 239,27	6 239,27

	Métodos de mensuração 31-12-2018	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	15 637,55	15 637,55
Aquisições	32 672,81	32 672,81
Alienações	(33 267,11)	(33 267,11)
Outras variações	(10 939,67)	(10 939,67)
Outros ativos financeiros	4 147,53	4 147,53
	8 251,11	8 251,11

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Ativo corrente		2019	2018
Outros Ativos Financeiros		1 707,33	4 103,58
Total		1 707,33	4 103,58
Ativo não corrente		2019	2018
Outros Ativos Financeiros	(a)	4 531,94	4 147,53
Total		4 531,94	4 147,53

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pela constituição do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

11. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais de exercícios anteriores estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €15.000,00 de lucro tributável e de 21% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, tem o seguinte detalhe:

	2019	2018
Resultado líquido antes de impostos	23 311,64	(145 996,74)
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Otras variações patrimoniais	-	-
Soma	23 311,64	(145 996,74)
Correções relativas aos exercícios anteriores	1 630,45	938,45
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporais	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(145 058,29)
Matéria Colectável	24 942,09	-
Tributações autónomas	3 424,29	5 487,62
Imposto corrente	5 796,12	5 487,62
Imposto diferido	-	-
Gasto com o imposto sobre o rendimento	5 796,12	5 487,62

12. Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2019	2018
Fundos de Pensões	119 233,07	103 167,68
	119 233,07	103 167,68

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2020.

13. Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2019	2018
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Mediadores	345,22	345,22
Comissão de Gestão	24 853,87	4 502,45
Outros devedores	(i) 3 230,31	203 630,27
Outros créditos a receber	28 429,40	208 477,94

(i) à semelhança do ano de 2018, a rubrica de outros devedores contempla os adiantamentos ao pessoal. Em 2018 refletia o valor do aumento de capital subscrito de €200.000,00 realizado em janeiro de 2019.

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as rubricas do ativo corrente "Diferimentos", apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2 647,55	2 647,55
Seguros	10 671,64	11 544,20
Outros gastos diferidos	(i) 44 109,22	30 934,55
Gastos a reconhecer	57 428,41	45 126,30

(i) trata-se maioritariamente do valor das bonificações atribuídas a clientes

15. Capital subscrito

O capital subscrito é constituído por 400.000 ações nominativas, com o valor de €5,00 cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social apresenta a seguinte distribuição:

	2019 % de ações	Número de ações	Capital Subscrito
Golden Actives - Soc. Gestora de Participações Sociais, SA	56,81%	227 247	1 136 235,00
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	17,29%	69 178	345 890,00
Groupama Assurances Muttuelles	14,48%	57 947	289 735,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	10,08%	40 338	201 690,00
Growth Value-Soc.Gestora Particip.Sociais, SA	1,32%	5 290	26 450,00
Capital Social	100%	400 000	2 000 000,00

16. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal não está ainda totalmente constituída, estando o movimento dos anos de 2018 e 2019 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

17. Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2018 e 2019 encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18. Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência da deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta “Resultados Transitados”, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2019 . Os movimentos efetuados nos exercícios se encontram espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19. Provisões e Passivos Contingentes

a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 tem o seguinte detalhe:

		2019			
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes		28 752,00	19 359,21	-	48 112,16
Total		28 752,00	19 359,21	-	48 112,16

		2018			
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes		-	28 752,00	-	28 752,00
Total		-	28 752,00	-	28 752,00

Os movimentos registados nesta rubrica consubstanciam-se na constituição da provisão e reforço da garantia do Fundo de Pensões Poupança Garantida que vence a 31 de dezembro de 2019. A mesma é renovada por período adicional de 3 anos. Já no decurso do exercício de 2020, a sociedade transferiu para o Fundo de Pensões Poupança Garantida o montante de €34.976,80.

20. Fornecedores

A empresa líquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

Não existem saldos relativos a “partes relacionadas”.

21. Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	7 418,97		12 599,89	
Impostos s/ rendimento - IRS		4 029,58		4 364,69
Contribuição Segurança Social		5 655,76		7 401,78
Imposto de selo		10 975,56		7 641,33
Outros impostos			110,00	
Total	7 418,97	20 660,90	12 709,89	19 407,80

22. Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2019	2018
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	39 064,98	44 712,25
Mediadores	37 831,72	23 295,98
Outras dívidas por acréscimo	10 899,18	12 930,63
Outras dívidas a pagar (i)	578 752,20	514 776,29
Outras dívidas a pagar	666 548,08	595 715,15

(i) o montante de €541.090,15 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da SGF no final do exercício de 2019 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2020.

A rubrica “Remunerações a liquidar” regista a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar aos colaboradores da SGF no ano seguinte. A administração não auferir subsídio de férias nem subsídio de natal.

23. Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é detalhado conforme se segue:

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de Subscrição	26 355,54	3%	30 438,92	4%
Comissões de Gestão	724 575,03	96%	654 087,75	95%
Comissões de Reembolso	3 806,46	1%	3 436,45	0%
Total das prestações de serviços	754 737,03	100%	687 963,12	100%
Juros obtidos	0,14	0%	65,88	0%
Dividendos	1 454,24	0%	1 767,87	0%
Total do rédito	756 191,41	100%	689 796,87	100%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 27.

24. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	128 056,05	139 972,82
Publicidade e Propaganda	6 064,20	2 893,99
Honorários	5 904,00	6 016,50
Comissões	33 996,58	38 184,01
Conservação e reparação	3 596,80	2 973,43
Outros trabalhos especializados	47 322,89	26 067,85
Materiais	7 138,47	2 907,66
Energia e fluidos	2 396,71	2 993,39
Deslocações e estadas	5 733,94	1 305,05
Rendas e alugueres	45 914,31	42 366,82
Comunicação	16 682,50	14 836,66
Seguros	13 328,09	14 369,97
Outros serviços diversos	22 577,06	25 389,19
	338 711,60	320 277,34

As rubricas de trabalhos especializados incluem, entre outros, serviços de consultoria e informática. A conta de outros trabalhos especializados diz respeito ao investimento em Marketing na Nova Imagem da SGF, desenvolvimento informático e formação.

25. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	7 700,00	44 100,00
Remunerações do pessoal	238 711,44	279 963,27
Complementos facultativos de reforma	5 751,28	6 585,35
Encargos sobre remunerações	51 958,87	71 191,07
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 391,01	2 110,76
Outros gastos	2 601,49	1 690,04
	309 114,09	405 640,49

A Sociedade tinha, no seu quadro de pessoal permanente, em 31 de dezembro de 2019, nove funcionários.

26. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Obrigações	25,20	(54,81)
Unidades de participação imobiliária	1 172,43	(3 437,47)
Unidades de participação mobiliária	6 866,32	(2 502,38)
	<u>8 063,95</u>	<u>(5 994,66)</u>

27. Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Ganhos em outros instrumentos financeiros	226,63	62,74
Juros obtidos (Nota 23)	0,14	65,88
Dividendos obtidos (Nota 23)	1 454,24	1 767,87
Correções relativas a períodos anteriores	476,44	795,45
Aluguer de equipamento	315,79	-
Outros não especificados	173,05	165,96
Restituição garantia caução	-	2 615,76
Excesso de estimativa de imposto	1 835,79	3 891,28
Total	<u>4 482,08</u>	<u>9 364,94</u>

28. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Impostos e taxas	37,50	600,00
Perdas em outros instrumentos financeiros	1 504,78	542,44
Bonificações de fidelidade	51 720,77	55 635,03
Quotizações	6 634,02	6 575,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 630,45	938,45
Garantias atribuídas a clientes	134,43	218,96
Outros gastos	2 010,70	2 797,46
	<u>63 672,65</u>	<u>67 307,34</u>

29. Eventos Subsequentes

Na presente data, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com a Revisão Legal de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €6.150,00 no ano de 2019, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

Lisboa, 18 de março de 2020

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

SGF = Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da SGF. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da SGF e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PKF e Associados - SROC, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da SGF, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da SGF evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Congratulamo-nos com a evolução positiva da SGF, ao longo do exercício de 2019, destacando o aumento do valor dos ativos sobre gestão, o resultado líquido do exercício positivo e o aumento da margem de solvência. Constatamos ainda que o seu Capital Próprio é inferior a 50% do seu Capital Próprio, contudo, é convicção da Administração que os resultados dos próximos

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

exercícios, por si só, permitirão a sua resolução, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excecionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

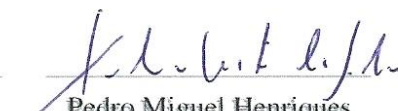
- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da SGF com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa 18 de março de 2020

O Conselho Fiscal


Luís Miguel Barros Martins
Damas (Presidente)


Pedro Miguel Henriques
Leite da Silva (Vogal)


Pedro Miguel de Oliveira
Almeida Cruz (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.704.953 euros e um total de capital próprio de 950.852 euros, incluindo um resultado líquido de 17.516 de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no ponto relativo à “Margem de Solvência” do Relatório de Gestão, chamamos à atenção para o seguinte facto:

“O ano de 2019 marca um novo ciclo para a SGF. O Resultado Líquido apresenta-se positivo em €17.515,52, o que não ocorria há alguns exercícios. Assiste-se a um reforço da Margem de Solvência para uma taxa de cobertura de 118,80% (face aos 91,67% registados em 2018 e aos 110,60% em 2017) e, adicionalmente, verifica-se a recuperação de €17.525,52 no capital próprio da sociedade, que agora representa cerca de 48% do capital social. Não obstante esta situação, é convicção da Administração que os resultados dos próximos exercícios, por si só, permitirão a sua resolução, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excecionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No entanto, salienta-se que em Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2018, os acionistas deliberaram um aumento de capital que pode ascender até €500.000, dos quais apenas foi subscrito e realizado o valor de €200.000 até ao presente momento.”

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de março de 2020



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)